

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.018.795 - PR (2016/0304329-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : JOEL APARECIDO DA COSTA
ADVOGADO : MARIELY REGINA AMÉRICO - PR053621
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER E OUTRO(S) - PR007919
RAFAELA POLYDORO KUSTER - PR045057
ELLEN KARINA BORGES SANTOS ZUCOLOTE - PR045048
MARIANA CAVALLIN XAVIER - PR054323
FERNANDO KIKUCHI - PR050118

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial (e-STJ fls. 427/433) interposto por JOEL APARECIDO DA COSTA contra decisão que inadmitiu o recurso especial por incidência das Súmulas n. 83 do STJ e 282 do STF (e-STJ fls. 299/301).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 205/206):

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. CARÊNCIA DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE LIDE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PRECEDENTES DO STJ.

1. Na hipótese de o beneficiário do Seguro DPVAT não ter formulado pedido na via administrativa, reputa-se ausente o interesse de agir, porquanto não resulta caracterizada a pretensão resistida, fato que impulsiona a estrutura judiciária.

2. Ausente condição imprescindível da ação, a consequência prevista no ordenamento jurídico brasileiro é a extinção do feito, sem resolução do mérito, conforme estabelece o art. 267, inciso VI do Código de Processo Civil.

PRELIMINAR DE MÉRITO ACOLHIDA. RECURSO PROVIDO, PARA EXTINGUIR O FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 236/258), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a parte recorrente alegou ofensa aos arts. 267, VI, e 543-C do CPC/1973, afirmando que ficou comprovada a resistência da seguradora ao pagamento do DPVAT, devendo a demanda ser processada. Indicou dissídio.

No agravo (e-STJ fls. 427/433), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Houve contraminuta (e-STJ fls. 437/449).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no CPC/1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

O entendimento do acórdão foi no sentido de ser necessário não só o

requerimento administrativo do DPVAT, mas também sua negativa, para possibilitar o ajuizamento de ação judicial referente ao tema. Entretanto, os dispositivos legais indicados como ofendidos não tratam especificamente dessa questão. É deficiente a fundamentação do recurso especial quando há incompatibilidade entre a tese sustentada e o comando normativo do dispositivo legal apontado como descumprido. Em tal circunstância, aplica-se a Súmula n. 284 do STF.

O conhecimento do recurso com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional – nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e do art. 255, § 1º, do RISTJ – exige a demonstração do dissenso jurisprudencial, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, não sendo suficiente a simples reprodução de ementas, sem o necessário cotejo analítico, a fim de evidenciar a similitude fática entre os casos confrontados e a divergência de interpretações.

Nesse sentido, confirmam-se recentes julgados desta Corte:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 280/STF.

1. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do art. 105, III, da CF/1988 requisita, além da indicação dos dispositivos legais violados, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ), tal como ocorrido, impede o conhecimento do recurso especial (cf. REsp 1412951/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 25/11/2013; AgRg no AREsp 417.461/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 05/12/2013).

[...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 653.064/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/4/2015, DJe 14/4/2015.)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. 1. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA. REVISÃO DO VALOR FIXADO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

2. A simples transcrição de ementas, trechos ou inteiro teor dos precedentes colacionados, sem o necessário cotejo analítico entre os casos confrontados, não viabiliza o conhecimento do recurso especial pelo dissídio, ante a inobservância dos requisitos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Ademais, ausente a similitude fática entre os casos confrontados.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 628.932/GO, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/3/2015, DJe 24/3/2015.)

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator